Ano XI - Nº 4.694

Quarta-feira, 24 de Fevereiro de 2016

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

DIÁRIO OFICIAL DO LEGISLATIVO

Fotos: Reginaldo Ipê



Câmara discute "Macrozoneamento, Vetores de Expansão e Instrumentos de Política Urbana"

Próxima audiência pública do PDDU será realizada nesta quinta-feira, 25, no Centro de Cultura

Com ampla participação dos vereadores e de populares, foi realizada a 3ª audiência pública para discutir o projeto do PDDU. Representante da Sucom, o técnico Fernando Teixeira falou da importância "de organizar a utilização dos espaços urbanos ainda não ocupados e pensar a cidade levando em consideração os aspectos sociais". O arquiteto Daniel Colina, presidente do IAB-BA, apontou pontos que precisam ser aperfeiçoados na proposta. O presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB), enfatizou que o debate entrou na fase de afunilamento.



Leia mais nas páginas 2, 3, 4 e 5

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

Criado pela Lei 4.429 de 19 de novembro de 1991

Presidente:
Paulo Câmara
paulocamara@cms.ba.gov.br

1º Vice-Presidente:
Geraldo Júnior
geraldojunior@cms.ba.gov.br

2º Vice-Presidente:
Claudio Tinoco
claudiotinoco@cms.ba.gov.br

3º Vice-Presidente:
Isnard de Araújo
isnardaraujo@cms.ba.gov.br

1º Secretário:
Kiki Bispo
kikibispo@cms.ba.gov.br

2º Secretário:
Orlando Palhinha
palhinha@cms.ba.gov.br

3º Secretário:
Alfredo Mangueira
alfredomangueira@cms.ba.gov.br

4º Secretário:
J. Carlos Filho
jcarlosfilho@cms.ba.gov.br

Corregedor-Geral:
Edvaldo Brito
edvaldobrito@cms.ba.gov.br

Ouvidor-Geral:
Henrique Carballal
henriquecarballal@cms.ba.gov.br

Ouvidora-Substituta:
Cátia Rodrigues
catiarodrigues@cms.ba.gov.br

Secretaria de Comunicação

Secretária-Chefe
Ana Cristina Barreto
ana.farias@cms.ba.gov.br

(71) 3320-0205
(71) 3320-0304
www.cms.ba.gov.br
imprensacms@cms.ba.gov.br
imprensacms@gmail.com

Siga a CMS no twitter!
www.twitter.com/camarasalvador

TV Câmara Salvador Canal 10 do Sim TV
Câmara Municipal de Salvador Praça Municipal - CEP 40020-010
Salvador – Bahia – Brasil

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Bancada da oposição quer rever calendário do PDDU

Aladilce Souza pediu convocação do Colégio de Líderes para discutir a proposta

Fotos: Antonio Queirós



Reunião da bancada da oposição

Após reunião da bancada da oposição na Câmara Municipal de Salvador, no início da tarde de segunda-feira (22), a líder Aladilce Souza (PCdoB) solicitou, na sessão ordinária, a convocação do Colégio de Líderes para rediscutir o cronograma de audiências públicas sobre o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU). Segundo ela, o ritmo dos debates está muito intenso, com audiências praticamente todos os dias da semana, inviabilizando tanto a participação dos vereadores quanto do público.

Além disso, ela questionou a centralização das audiências, todas no Centro Cultural da Câmara e no turno da manhã. "Quem trabalha não tem como faltar tantos dias para participar ativamente dos debates, por mais que tenha interesse", argumentou Aladilce, sugerindo a realização de debates nas diversas regiões, para permitir a participação popular.

"O PDDU é o projeto mais importante que temos em tramitação, é uma oportunidade excelente de contribuir para a qualificação da cidade. Mas está claro que a proposta está eivada de falhas e limitações e a discussão tem que ser a mais consequente possível", defendeu a líder da oposição, frisando que a bancada está debatendo uma posição unificada sobre o projeto.

Relatoria

O vereador Edvaldo Brito (PTB) também demonstrou preocupação com o processo de discussão do PDDU, sugerindo que, pela complexidade da matéria, a relatoria do projeto seja dividida por temas, sob a responsabilidade de sub-relatores. A tarefa foi confiada ao vereador Leo Prates (DEM), presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final, tendo o vereador Arnando Lessa (PT) na presidência da chamada Comissão do PDDU, por presidir também a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

As duas propostas deverão ser discutidas em reunião do Colégio de Líderes, em data ainda a ser definida. A líder da oposição, Aladilce Souza, sustenta que o encontra seja em caráter de urgência, devido ao processo já iniciado de discussão do Plano Diretor.



Câmara realiza terceiro debate sobre o PDDU

Audiência pública discutiu Macrozoneamento, Vetores de Expansão e Instrumentos de Política Urbana

Fotos: Reginaldo Ipê



Representantes da sociedade civil organizada marcaram presença

A terceira da série de 16 audiências temáticas para discutir o projeto do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) foi realizada na manhã de terça-feira (23), no Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador. O debate girou em torno do Capítulo VIII da proposta urbanística elaborada pela prefeitura com o tema "Macrozoneamento, Vetores de Expansão e Instrumentos de Política Urbana".

Representante da Secretaria de Urbanismo (Sucom), o técnico Fernando Teixeira apresentou a divisão da cidade em cinco macroáreas e com esta disposição influenciará no dia a dia da capital baiana.

Teixeira destacou a importância "de organizar a utilização dos espaços urbanos ainda não ocupados e pensar a cidade levando em consideração os aspectos sociais".

O arquiteto Daniel Colina, presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-BA), apontou pontos que considera que precisam ser aperfeiçoados na proposta. "Vejo deficiências na divisão do macrozoneamento da proposta enviada pelo Executivo Municipal. Também não considero coerente a gente ter como modelo o PDDU que foi feito em São Paulo, diante da diferença populacional abismal entre as cidades", argumentou Colina.

Os debates realizados nas duas audiências anteriores foram considerados como "satisfatórios" pelo presidente do Legislativo Municipal, vereador Paulo Câmara (PSDB).

"Começamos a entrar numa fase de afunilamento neste processo de delimitação territorial da nossa cidade. É o momento de o cidadão dizer o que pensa, de participar ativamente para a construção de um projeto tão importante para Salvador", destacou Paulo Câmara.



Paulo Câmara dirigindo a audiência pública

O presidente da Câmara anunciou que haverá oficinas para debater a minuta do PDDU na Ufba, Assembleia Legislativa da Bahia, Cajazeiras e no Subúrbio. "Queremos ter maior quantidade de propostas possíveis para aperfeiçoar o Plano", defendeu. O vereador Arnando Lessa (PT) também reforçou a realização de debates fora da Casa.

Oficializado como relator do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, o vereador Leo Prates (DEM) agradeceu a confiança dos colegas da Casa Legislativa. "Assumo esse papel com muita humildade e tranquilidade. Neste processo, serei apenas um facilitador. Minha função é resumir todas as ideias do colegiado em um texto. Sei que não é uma tarefa fácil. Queremos alcançar os pontos consensuais para construir um PDDU bom para toda a cidade", pontuou.

Contribuição

Na mesma linha, o presidente da Comissão que analisará o PDDU, vereador Arnando Lessa, incentivou a população a contribuir com o Projeto Urbanístico através do Portal Transparência da Câmara Municipal de Salvador (www.cms.ba.gov.br).

"Estamos monitorando todas as contribuições que estão chegando. O site é uma ferramenta importante de participação na elaboração desta matéria", disse Arnando Lessa ao convidar os presentes para as próximas audiências públicas.

Na quinta-feira (25), o debate girará em torno de propostas e sugestões para o PDDU e no sábado (27) as discussões serão sobre "Zoneamento e Diretrizes para o Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo". Serão, ao todo, 16 audiências públicas e o último encontro acontecerá no dia 18 de abril.

Também marcaram presença no debate os vereadores Aladilce Souza (PCdoB), Alberto Braga (PSC), Claudio Tinoco (DEM), Everaldo Augusto (PCdoB), Gilmar Santiago (PT), Hilton Coelho (PSOL), Kátia Alves (DEM), Kiki Bispo (PDT), Joceval Rodrigues (PPS), Orlando Palhinha (DEM), Antônio Mário (PSB) e Paulo Magalhães Júnior (PV).

Ampla participação dos vereadores na 3ª audiência pública do PDDU



Vereador Kiki Bispo

Fotos: Reginaldo Ipê



Vereadora Aladilce e vereadores Paulo Magalhães Jr. e Palhinha

A terceira audiência pública temática realizada pela Câmara gerou amplo debate entre os vereadores presentes no evento. Léo Prates (DEM) que é relator do PDDU, fez considerações dos debates que já participou. Para Hilton Coelho (PSOL), o arquiteto Daniel Colina fez uma explanação brilhante, apresentou novas críticas ao Plano e reivindicou um novo calendário de audiências para serem realizadas até o mês de setembro.

Kiki Bispo (PDT) disse que o debate do PDDU apresenta progressos e reconheceu as desigualdades sociais da cidade. Ainda de acordo com Bispo, o legado do Plano será a geração de emprego e renda. Claudio Tinoco (DEM) destacou as apresentações de Colina e Teixeira, e disse que vai se debruçar no tema zoneamento.

Aladilce Souza (PCdoB) ressaltou suas participações nos debates anteriores, e frisou que não deseja uma judicialização do PDDU. A vereadora pediu uma reformulação do calendário e sugeriu a realização de audiências fora da Câmara. Na ocasião, Arnando Lessa (PT), que presidia o evento, afirmou que haverá debate em Cajazeiras, Periperi, na Universidade Federal da Bahia e na Assembleia Legislativa.

Everaldo Augusto (PCdoB) destacou a importância do debate. "Aqui é um espaço privilegiado para a elaboração do PDDU", disse. Paulo Magalhães Jr. (PV) disse que já participou de vários debates e considerou a "mais democrática de todas as audiências do PDDU na Casa".



Vereadora Kátia Alves e vereador Alberto Braga

Antonio Mário (PSB) falou sobre macrozoneamento. Orlando Palhinha (DEM) e Joceval Rodrigues (PPS) também fizeram suas considerações durante o evento. O próximo debate do PDDU na Câmara será nesta quinta-feira (25), às 8h30, no Centro de Cultura, com devolutivas: propostas e sugestões.





Vereadores Gilmar Santiago, Antônio Mário, Aladilce Souza, Paulo Magalhães Jr., Everaldo Augusto e Claudio Tinoco

Participação popular na audiência pública do PDDU

Plenária contribuiu no debate do Projeto Urbanístico de Salvador



Henrique Barreiras

Fotos: Reginaldo Ipê



Milton Jesus

Dando seguimento às audiências públicas do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) de Salvador, a Câmara realizou nesta terça-feira (23), às 8h30, no Centro de Cultura, a terceira audiência pública que abordou o tema: Macrozoneamento, Vetores de Expansão e Instrumentos de Política Urbana. A atividade contou com a presença de vereadores, arquitetos, diversos representantes de sindicatos, de conselhos de classe, dos movimentos populares e de lideranças de bairro.

O representante do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia (CAU/BA), Henrique Barreiras, alegou que a divisão de temas da audiência deveria ser repensado. "Eu esperava que a Câmara Municipal, sendo a representação popular dentro do Poder Municipal, desse um toque diferente na discussão do PDDU. A agenda da Câmara compartimentaliza as audiências, então não se discute o PDDU como um todo em todas as audiências; se discute tema por tema, então ela diz que está fazendo 16 audiências, mas na realidade está fazendo uma só", entendeu.



Antonisa Vieira

"Acho que a Câmara poderia separar alguns temas que sejam de interesses de determinadas áreas prioritariamente, como temas habitacionais para serem discutidos no miolo da cidade, onde líderes populares possam estar presentes, por exemplo, no Centro Antigo, e assim os interessados poderão comparecer. Eu também esperava que a Câmara colocasse em discussão o que está sendo feito em uma zona de urbanização consolidada, que foi exatamente nessa zona que o Poder Municipal atropelou o Plano Diretor", considerou.



Joseval Castro

"Ainda há aquele distanciamento da comunidade, se você chegar em um bairro carente e perguntar sobre o PDDU, pouquíssimas pessoas saberão responder, deveriam deixar mais claro o que é e quais benefícios do Plano para a sociedade. Eu vim para saber na realidade como meu bairro vai sentir de verdade o PDDU, como vai ser quando sair do papel", considerou o representante do Engenho Velho da Federação, Joseval Castro.

A representante da Central de Movimentos Populares, Antonisa Vieira, questionou a divulgação das audiências e afirmou que grande parte da população não tem conhecimento sobre o PDDU. "Nós, como movimento, convidamos várias pessoas, até porque temos uma cota de solidariedade. Então nós esperávamos uma audiência mais cheia; a população deveria ter mais vontade de participar", disse Antonisa.

"O debate é de extrema importância, nós de movimentos populares sabemos da importância do PDDU, mas sinto falta da prefeitura participando, principalmente na divulgação do projeto. Não pode fazer uma audiência e falar para quem já conhece, tem que falar para o povo que não conhece", disse , Milton Jesus Cardoso, representante da comunidade Santa Rosa de Lima, no Costa Azul.

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Publicada no DOL de 22/02/2016
Republicada por ter saído com incorreção

RESOLUÇÃO Nº 2.480/2015
Concede a Medalha Thomé de Souza ao Major PM Jackson Macêdo Damasceno.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida a Medalha Thomé de Souza ao Major PM Jackson Macêdo Damasceno.

Art. 2º A Mesa da Câmara fica autorizada a providenciar a entrega da Medalha em Sessão Solene, previamente marcada e convocada para este fim.

Art. 3º As despesas decorrentes da Presente Resolução correrão por conta da verba própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 14 de dezembro de 2015.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL

EXPEDIENTE DA MESA DIRETORA

ATO N.º 143/2016 – A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Decreto Legislativo n.º 958/15, **RESOLVE:**

Exonerar MARCELO TOURINHO DE GARCIA SOARES, cad. 15.192, do Cargo em Comissão de Assessor Parlamentar **G 21,** Classe **CC 10**, a partir de 23 de fevereiro de 2016. Salvador, 23 de fevereiro de 2016.

PAULO CÂMARA
Presidente

CLISTENES BISPO
1º Secretário

ORLANDO PALHINHA
2º Secretário

EXPEDIENTE DA PRESIDÊNCIA:

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 013/2016

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, no uso de suas atribuições, insculpidas no Art.79 do Regimento Interno

RESOLVE:

01 – As comissões que analisarão conjuntamente o Projeto de Lei nº 396/2015 que "Aprova a Política de Desenvolvimento Urbano e o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do Salvador e dá outras providências", são: Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final; Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização e a Comissão de Planejamento Urbano e Meio Ambiente.
02 – Fica designada a Comissão Especial de Acompanhamento e Discussão dos Assuntos referentes ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e a Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – LOUS, criada através do Requerimento nº 118/2014, para acompanhar e participar das discussões relativas a tramitação do Projeto de Lei disposto no item 01 deste Ato;
03 – Fica designado o vereador Leo Prates como relator da proposta disposta no item 01 deste Ato;
04 – Fica designado o vereador Arnando Lessa como presidente desse colegiado.

Paço da Câmara Municipal da Cidade de Salvador, em 23 de fevereiro de 2016.

Paulo Câmara
Presidente

EXPEDIENTE DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

PROCESSO DEFERIDO

ASSUNTO: **Aposentadoria**

Cad.	Servidor	Nº Processo
3246	Péricles Antonio Magalhães Castro	63/2016

RESUMO DE CONTRATO

CONTRATO CMS nº 5020934/CGR/2015

PROCESSO DE ORIGEM:	0015/2015
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	COMPANHIA DE ELETRICIDADE DO ESTADO DA BAHIA - COELBA.
OBJETO	Regular o fornecimento de energia elétrica pela Distribuidora ao Consumidor, segundo a modalidade tarifária Convencional, subgrupo A4, que se destina exclusivamente a utilização como insumo para o desenvolvimento da atividade 84.11-6-0 – Administração pública em Geral, para uso exclusivo do consumidor situada na Praça Municipal 203, no Município Salvador. Em razão da mudança de titularidade do contrato n°1324721, medidor n°.1010209840 para CMS.
BASE LEGAL	Art.24, inciso XXII, da Lei Federal n°.8666/93.
VALOR ESTIMADO	R$ 350.000,00 (Trezentos e cinquenta mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.00
DATA DE ASSINATURA	21 de dezembro de 2015.
ASSINAM	Paulo Câmara – CMS Rafael Cezar Sardeiro e Bruno Matos de Lima – Contratada
TESTEMUNHAS	Nubia Silva de Freitas Vinicius Carneiro

***Republicado por ter saído com incorreção no DOL de 23 de fevereiro de 2016.**

RESUMO DE ADITIVO

ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 037/2015

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. PR 00928/2015
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR - CMS
CONTRATADA	STÚDIO ARGOLO ANTIGUIDADES E RESTAURAÇÕES LTDA
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do contrato 037/2015 por mais 02 (dois) meses, sem ônus para contratante, contados a partir de 07 de fevereiro de 2016
BASE LEGAL	Art.24, X, da Lei Federal n° 8666/93.
DATA DE ASSINATURA	07/02/2016
ASSINAM	Paulo Câmara – CMS José Dirson Argolo – Contratada
TESTEMUNHAS	Vinícius Carneiro Matheus Caíque B. Nascimento

***Republicado por ter saído com incorreção no DOL de 23 de fevereiro de 2016.**

RESUMO DE ADITIVO

QUARTO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 03/2014

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 835/2013
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	QUALY ENGENHARIA LTDA ME
OBJETO	Prorrogação da vigência do Contrato nº 03/2014.
PRAZO	3 (três) meses, contados a partir de 19 de fevereiro de 2016.
BASE LEGAL	Art. 57, II da Lei Federal nº 8.666/93 e Processo Administrativo nº 2385/2015.
VALOR ESTIMADO	R$ 400.000,00(quatrocentos mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	01.031.016.2001 – 3.3.90.39.00
DATA DE ASSINATURA	19/02/2016
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Daniel Moreira de Oliveira – Contratada
TESTEMUNHAS	Marenilda Santos Vinícius Carneiro

RESUMO DE ADITIVO

TERMO ADITIVO AO CONTRATO CMS nº 040/2015

PROCESSO DE ORIGEM	CMS nº. 1044/2015
CONTRATANTE	CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR – CMS
CONTRATADA	MB ENGENHARIA LTDA
OBJETO	Prorrogação do prazo de vigência do contrato 040/2015 por mais 45 (quarenta e cinco dias), sem ônus para contratante, contados a partir de 17 de fevereiro de 2016
BASE LEGAL	Art. 57, II E III da Lei Federal nº 8.666/93 e Processo Administrativo nº 1044/2015.
DATA DE ASSINATURA	17/02/2016
ASSINAM	Paulo Câmara - CMS Augusta M. Miguel Barreto – Contratada
TESTEMUNHAS	Marenilda Santos Vinícius Carneiro

PROCESSOS DEFERIDOS

ASSUNTO: **Licença Especial para Usufruir**

Cadastro	Servidores	Nº Processo	QUINQUÊNIO	Período
3305	Gildete Cruz do Espirito Santo	154/2016	2º	04/04/16 a 02/07/16 (90 dias)
2186	Ary Alves da Silva	02254/2015	5º	01/04/2016 a 30/04/2016 (30 dias)

PROCESSO INDEFERIDO

ASSUNTO: Pagamento de Licença Especial Pecúnia

Cadastro	Servidor	Nº Processo
9024	Ernesto Lopes de Oliveira	11/2016



Euvaldo Jorge acompanha realização de obras na Valéria

Solicitação de autoria do vereador foi autorizada pelo prefeito ACM Neto

O vereador Euvaldo Jorge (PP) acompanhou no final de semana o início das obras de recapeamento asfáltico na entrada do bairro de Valéria, nas proximidades da BR-324. O trabalho, desenvolvido pela Secretaria Infraestrutura e Defesa Civil de Salvador, foi autorizado pelo prefeito ACM Neto após solicitação do legislador.

"Fico muito satisfeito em acompanhar esse tipo de serviço, que vai trazer muitos benefícios para a comunidade", disse Euvaldo Jorge, que atua há 25 anos no bairro. Os serviços incluem ainda drenagem, contenção, roçagem e limpeza do local.

Além da requalificação de ruas e avenidas, o vereador ainda busca viabilizar a reorganização do trânsito e comércio, a implantação de novas linhas de ônibus e itinerários, a requalificação de áreas de lazer e melhorias nos serviços de saúde, educação e segurança.

Foto: Assessoria do vereador



Vereador esteve no local no final de semana

Trindade aciona Transalvador na Justiça

Vereador entrou com mandado de segurança solicitando detalhamento dos valores gerados por multas de trânsito



Vereador José Trindade

O vereador José Trindade (PSL) entrou com mandato de segurança na 6ª Vara da Fazenda Pública, solicitando à Superintendência de Trânsito da Salvador (Transalvador) explicações e detalhamentos das receitas decorrentes das multas impostas pelos agentes do órgão. "O prefeito ACM Neto criou uma grande indústria das multas, há radares escondidos em diversos locais e não sabemos para onde vão esses recursos, não sabemos onde estão aplicados. O prefeito tem que explicar para os cidadãos o que está sendo feito com o dinheiro público", afirma o vereador.

Trindade ressalta que ao cobrar o detalhamento da aplicação dos recursos está cumprindo o seu dever de fiscalizador inerente à vereança. "Quero explicações porque sempre que cobramos respostas ao prefeito logo vem um dos seus correligionários com outro assunto desviando o foco da questão. Uma estratégia de manipulação que revela total desrespeito ao cidadão", afirma o vereador. "É por isso que Salvador ocupa a 174ª posição no ranking de transparência da Controladoria Geral da União (CGU), obtendo nota 5,83, o que se explica pelos diversos escândalos de corrupção desta gestão de ACM Neto e nenhuma explicação concreta aos cidadãos".

Antes de acionar a justiça, Trindade solicitou à Transalvador o detalhamento do montante arrecadado com as multas e sua destinação, através de vários ofícios enviados desde outubro do ano passado, mas não obteve resposta. "Esta gestão de ACM Neto fere todos os princípios da Lei da Transparência, não podemos compactuar com tamanha intransigência e infração da norma; ou será que o prefeito se acha acima da lei?", dispara Trindade.

Créditos do Nota Salvador trocados por passagem de ônibus

Joceval Rodrigues sugere que saldo do programa possam ser utilizados como recarga no Salvador Card

O líder do governo na Câmara de Salvador, vereador Joceval Rodrigues (PPS) defendeu, na segunda-feira (22), durante coletiva do prefeito ACM Neto (DEM) acerca do Programa Nota Salvador, a possibilidade de que os créditos do programa possam ser trocados por recarga no Salvador Card. Para o vereador, o aprimoramento do programa, que passou a oferecer crédito dobrado em recarga de celular, só tem a beneficiar a população soteropolitana.

"Com certeza o prefeito ACM Neto e o secretário Paulo Souto estão atentos para colaborar com quem mais precisa. Permitir que os créditos do Programa Nota Salvador sejam trocados por recarga do Salvador Card vai ser uma excelente notícia para a população que depende do transporte coletivo", ressaltou.

O vereador Joceval Rodrigues é autor do projeto que sugeriu que as recargas no Salvador Card fossem realizadas pela internet, atendendo uma demanda antiga do usuário de ônibus que reclamava bastante da ausência de postos físicos e das longas filas para recarregar o seu cartão de passagem. Para fazer a recarga pela internet, os estudantes precisam realizar um cadastro inicial em um dos postos físicos.



Vereador Joceval Rodrigues